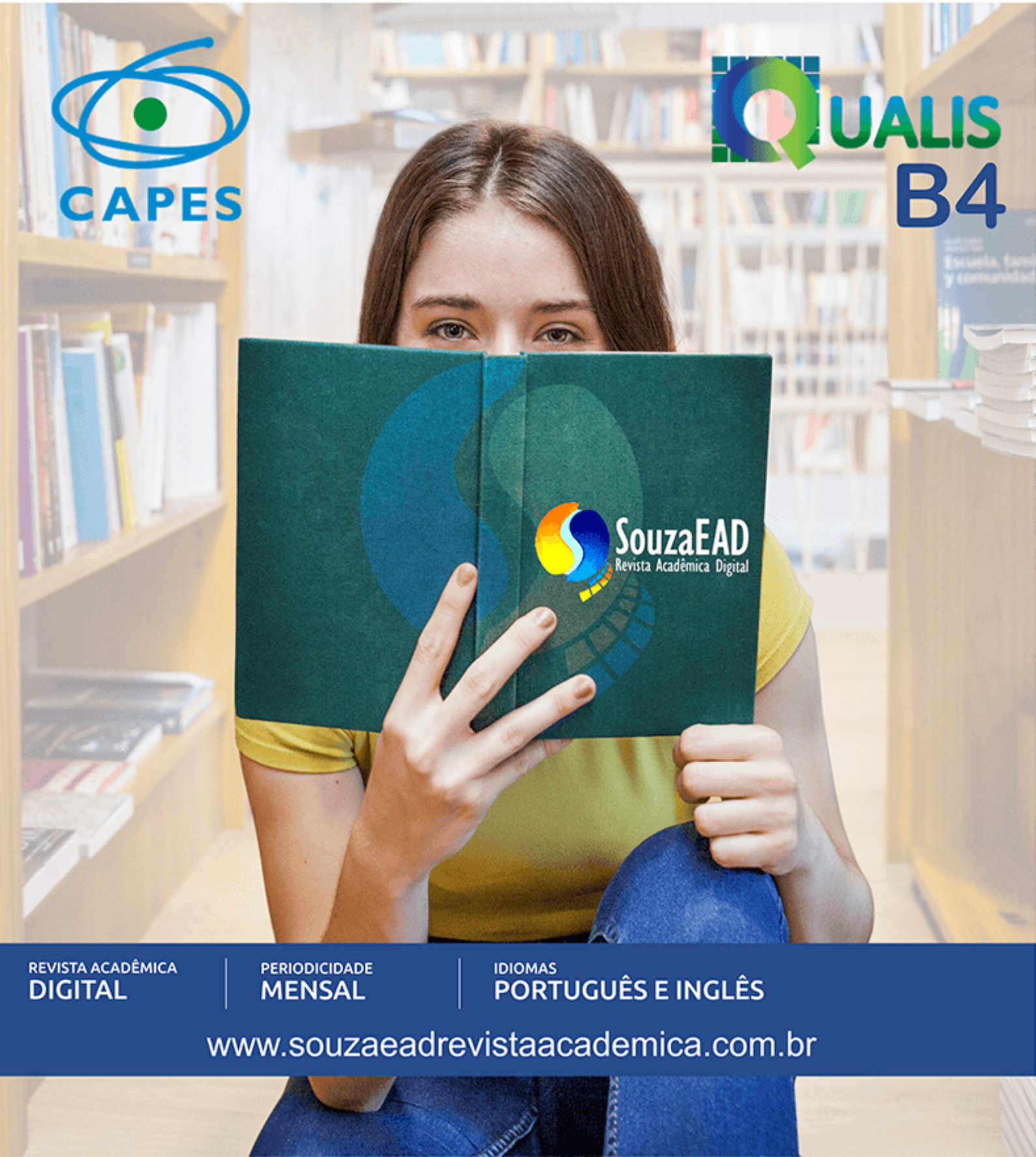
SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital

REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

ISSN 2595-5934

AGO 2025 EDIÇÃO Nº 88



REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

PERIODICIDADE
MENSAL

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

www.souzaeadrevistaacademica.com.br

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

HIDROTERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS HÍDRICOS E RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARÁ

DISPUTED HYDROTERRITORIES: WATER CONFLICTS AND TERRITORIAL RECONFIGURATIONS IN THE STATE OF PARÁ

SOARES, André Araujo Sombra[1]
BORDALO, Carlos Alexandre Leão[2]
SOARES, Daniel Araujo Sombra[3]

RESUMO

Este artigo analisa os conflitos por água no estado do Pará a partir da noção de hidroterritórios, evidenciando como diferentes formas de apropriação e gestão da água produzem disputas territoriais em contextos rurais da Amazônia Paraense. Com base em revisão de literatura e análise de casos representativos, busca-se compreender as relações entre atores sociais, processos de territorialização e formas de exclusão que emergem da interação entre a dinâmica do capital e os modos de vida tradicionais. A abordagem da ecologia política, associada às categorias de hidroterritório e violência lenta, permite identificar os elementos que estruturam as disputas pelo acesso, uso e controle da água. O estudo aponta que os conflitos hídricos no Pará revelam uma crescente assimetria entre os interesses hegemônicos e os usos comunitários, exigindo uma governança mais inclusiva e sensível às territorialidades locais.

Palavras-chave: Hidroterritórios. Conflitos Hídricos. Ecologia Política. Amazônia, Pará.

ABSTRACT

This article analyzes water conflicts in the state of Pará based on the notion hydroterritories, highlighting how different forms of water appropriation and management produce territorial disputes in rural and urban contexts of the Amazon region of Pará. Drawing on a literature review and the analysis of representative cases, the study seeks to understand the relationships between social actors, processes of

[1] Geógrafo. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Redenção (PA). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Floresta do Araguaia (PA). E-mail: andre.sombra2@hotmail.com
[2] Geógrafo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA). E-mail: carlosalbordalo@gmail.com
[3] Geógrafo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGEDAM/UFPA). Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia da Universidade Federal do Pará (PROFGEO/UFPA). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (PPGG/UEPA). E-mail: dsombra@ufpa.br

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

territorialization, and forms of exclusion that emerge from the interaction between capital dynamics and traditional ways of life. The political ecology approach, combined with the categories of hydroterritory and slow violence, allows for identifying the elements that structure disputes over access to, use, and control of water. The study points out that water conflicts in Pará reveal a growing asymmetry between hegemonic interests and community uses, demanding a more inclusive governance that is sensitive to local territorialities.
Keywords: Hydroterritories. Water Conflicts. Political Ecology. Amazon. Pará.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia, a aparente abundância de recursos hídricos contrasta com a escassez vivida por inúmeras populações, especialmente no estado do Pará. Esse paradoxo vai além da disponibilidade física da água, refletindo as relações de poder que determinam quem tem acesso, quem exerce controle e quem se beneficia desses recursos. O conceito de “hidroterritórios” — entendido como territórios marcados por disputas de poder político e cultural em torno da gestão da água (TORRES, 2007; GONÇALVES, 2023) — constitui, neste artigo, um instrumento analítico fundamental para compreender os conflitos hídricos como expressões das reconfigurações territoriais na região.

A presente pesquisa adota como perspectiva teórica a Ecologia Política (LEFF, 2016; ACSELRAD, 2010; NIXON, 2011) e investiga como a mercantilização da água tem intensificado processos de exclusão social e conflitos em territórios onde modos de vida tradicionais coexistem, frequentemente em tensão, com projetos hegemônicos. O foco recai, em especial, sobre os processos de territorialização mediados por grandes empreendimentos, como usinas hidrelétricas, mineração, monoculturas e urbanização acelerada, que transformam as formas de apropriação, controle e gestão da água no estado do Pará.

A justificativa do estudo está na crescente importância de compreender as dinâmicas conflituosas em torno da água na Amazônia, um tema que ganha relevância diante da expansão do capital e dos impactos socioambientais que afetam diretamente as comunidades locais. A pesquisa tem como objetivos principais: analisar as formas de disputa por água no estado do Pará a partir da noção de

hidroterritórios; identificar as relações entre atores sociais, territorialização e exclusão; e avaliar as implicações dessas disputas para a governança hídrica regional.

Metodologicamente, o trabalho se baseia em revisão bibliográfica atualizada e análise qualitativa de casos representativos, selecionados por sua relevância na produção de conflitos hídricos no Pará. A triangulação dos dados possibilita articular perspectivas teóricas e empíricas, enfatizando o entrelaçamento entre processos econômicos, sociais e ambientais.

Os resultados apontam para uma assimetria crescente entre os interesses hegemônicos e os usos comunitários da água, refletindo uma complexa disputa territorial marcada por exclusões e violência lenta. As discussões indicam que a governança hídrica vigente carece de mecanismos inclusivos e sensíveis às territorialidades locais, o que compromete a sustentabilidade e justiça socioambiental na região.

Conclui-se que a compreensão dos conflitos hídricos no Pará, sob a ótica dos hidroterritórios, oferece subsídios para repensar políticas públicas e práticas de gestão que reconheçam a pluralidade de interesses e valores associados à água, promovendo uma governança mais justa e participativa.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sistemática e na sistematização de estudos de caso representativos, abrangendo diferentes regiões do estado do Pará. Essa abordagem qualitativa foi escolhida para permitir uma análise aprofundada das dinâmicas dos conflitos hídricos e das reconfigurações territoriais na Amazônia Paraense, considerando as complexas interações socioambientais e políticas envolvidas.

A revisão de literatura compreendeu a seleção criteriosa de textos acadêmicos, relatórios técnicos, documentos institucionais e publicações relevantes que abordam os conceitos de hidroterritório, conflitos hídricos, ecologia política e territorialidades amazônicas. A busca concentrou-se em trabalhos publicados nos últimos 15 anos, priorizando autores e pesquisas que tratam especificamente da realidade paraense,

mas também contextualizando com debates mais amplos sobre a gestão dos recursos hídricos e os conflitos socioambientais.

Além disso, a análise sistematizada de estudos de caso consistiu na investigação detalhada de situações emblemáticas de conflitos por água em distintas regiões do Pará, incluindo áreas rurais e urbanas. Esses casos foram selecionados por sua representatividade na discussão das disputas territoriais, tais como os impactos causados por grandes projetos hidrelétricos, a expansão da monocultura, a mineração e as dinâmicas de privatização e controle dos recursos hídricos em comunidades tradicionais.

A partir da revisão teórica e da análise dos casos empíricos, o artigo está organizado em duas partes estruturais. A primeira corresponde ao referencial teórico, no qual são discutidos os fundamentos conceituais do termo hidroterritório, entendido como a apropriação e gestão da água enquanto processo territorializado, atravessado por relações de poder e dinâmicas socioeconômicas. A segunda parte abrange os resultados e discussões, com foco nos principais conflitos hídricos no estado do Pará. Essa seção analisa as múltiplas disputas pelo uso da água, vinculadas à reconfiguração territorial promovida por grandes empreendimentos e seus impactos sobre os modos de vida tradicionais. Além disso, discute-se as implicações desses conflitos para a governança da água e a justiça socioambiental, evidenciando os desafios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, capazes de reconhecer e respeitar as territorialidades das comunidades afetadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em um diálogo interdisciplinar entre a Ecologia Política, os estudos territoriais, a sociologia ambiental e os estudos sobre conflitos socioambientais na Amazônia. Esse corpo teórico permite compreender a água não se resume a um recurso natural, mas se trata de elemento social e político, cuja apropriação e gestão são processos territorializados, marcados por relações assimétricas de poder e conflitos entre múltiplos atores sociais.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

O conceito de hidroterritório representa uma contribuição central para esta análise, ao articular a dimensão material da água (“hidro”) com a dimensão do poder e do controle territorial (“território”). Essa noção destaca que as disputas por recursos hídricos ultrapassam o âmbito meramente técnico e natural, configurando-se essencialmente como conflitos sociais e políticos, nos quais projetos divergentes de uso do espaço e apropriação dos recursos se confrontam, conforme a perspectiva proposta por Torres (2007).

Autores clássicos da Ecologia Política, como Leff (2016) e Alier (2007), também fundamentam a base teórica deste artigo. Leff (2016) argumenta que os territórios são construções sociais e simbólicas, moldados por valores, práticas culturais e relações de poder. Nessa perspectiva, a apropriação da água configura-se como um processo desigual, refletindo as lógicas do capital e as dinâmicas históricas de exclusão e marginalização. Já Alier (2007) contribui com a noção de conflitos ecológicos distributivos, definidos como disputas decorrentes da distribuição assimétrica dos custos ambientais e dos benefícios econômicos — conflitos que se intensificam especialmente em contextos de avanço capitalista sobre territórios tradicionalmente ocupados.

Na Amazônia, Gonçalves (2023) propõe uma tipologia de hidroterritórios que ajuda a mapear essas disputas: hidroterritórios livres, com acesso aberto à água; hidroterritórios privados, delimitados por cercamentos físicos ou normativos que restringem o uso; e hidroterritórios de luta, caracterizados por disputas ativas e resistência. Essa categorização dialoga com a noção de “violência lenta” de Nixon (2011), que descreve os impactos socioambientais cumulativos e muitas vezes invisíveis, que deterioram as condições de vida das populações afetadas.

Outro ponto relevante do referencial teórico é a consideração das dimensões culturais e simbólicas da água na Amazônia. Costa et al. (2022) destacam que, para muitas comunidades locais, a água transcende seu valor econômico, sendo um elemento identitário, espiritual e relacional. Contudo, esses valores intangíveis frequentemente são ignorados nas políticas de gestão hídrica, o que aprofunda desigualdades e conflitos.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

Portanto, o conceito de hidroterritório não se restringe a um espaço físico delimitado, mas se configura como uma arena complexa de disputas, negociações e confrontos entre projetos territoriais concorrentes e distintos modos de uso e significação da água. Essa abordagem oferece uma chave analítica potente para compreender as dinâmicas de reconfiguração territorial em curso no Pará, permitindo interpretar os conflitos hídricos não apenas como eventos pontuais, mas como expressões de lutas estruturais por reconhecimento, acesso e controle dos recursos. É com base nesse arcabouço teórico que se orienta a análise dos casos emblemáticos examinados neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos conflitos por água no estado do Pará revela a existência de múltiplos hidroterritórios em disputa, marcados por dinâmicas territoriais excludentes, disputas por usos divergentes da água e fragilidades na governança socioambiental. Esses conflitos materializam-se em diferentes contextos geográficos e setores econômicos, como grandes obras de infraestrutura, mineração, agroindústria e urbanização desordenada. Em comum, todos evidenciam processos de reconfiguração territorial que colocam em confronto modos de vida tradicionais e interesses econômicos hegemônicos.

Um dos casos mais emblemáticos é o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, cuja implantação redesenhou profundamente a Volta Grande do Xingu, impactando diretamente comunidades indígenas e ribeirinhas. O barramento do rio comprometeu os ciclos ecológicos e restringiu o uso da água para pesca, agricultura e abastecimento, criando um hidroterritório de exclusão e conflito permanente (TOZI, RIBEIRO, 2022). Moura e Oliveira (2024) ressaltam que os impactos não se limitam à hidrelétrica, mas são agravados por outros empreendimentos, como a mineradora Belo Sun, intensificando a sobreposição de violências socioambientais.

Outro caso paradigmático é o de Tucuruí, cuja hidrelétrica, ainda que construída nos anos 1980, segue produzindo efeitos significativos sobre os usos da água e a organização dos territórios. A substituição da pesca tradicional por projetos

empresariais de piscicultura demonstra como a apropriação do lago reconfigura os usos da água a partir de relações desiguais de poder, estabelecendo um hidroterritório controlado (BENASSULY et al., 2017; MONTOYA et al., 2018).

Em municípios como Tailândia, Barcarena e Juruti, o avanço da mineração e da monocultura de palma de dendê também vem produzindo intensos conflitos pelo acesso e controle da água. Em Tailândia, Cruz (2018) e Ferreira et al. (2023) descrevem hidroterritórios de luta, nos quais as comunidades enfrentam restrições severas ao acesso à água devido à contaminação por agrotóxicos e ao uso desproporcional dos recursos hídricos por grandes empreendimentos do agronegócio. Gonçalves (2023), ao propor uma tipologia de hidroterritórios (livres, privados e de luta), evidencia como os usos comunitários são frequentemente marginalizados por uma lógica empresarial de cercamento físico ou normativo da água.

Em Barcarena, o cenário é agravado por um histórico de poluição industrial. A atuação de mineradoras, marcada pelo despejo de resíduos tóxicos e descaso com os corpos hídricos, resultou em um hidroterritório de risco, no qual o abastecimento e os meios de vida das populações ribeirinhas foram gravemente comprometidos (FERREIRA, 2015; GESTER et al., 2023). Já nas regiões costeiras, como Bragança, Vigia e Castanhal, observam-se disputas entre usos agropecuários intensivos, pesca artesanal e turismo predatório. Costa et al. (2019) demonstram que o avanço da pecuária intensiva sobre a Bacia do Rio Caeté intensifica a competição pela água, enquanto Silva et al. (2023) alertam para o impacto da pesca esportiva sobre os territórios tradicionais.

Esses casos apontam para um padrão comum: a prevalência de formas assimétricas de apropriação da água, que resultam em injustiças ambientais e na fragilização das territorialidades tradicionais. A análise desses hidroterritórios revela que os conflitos não são anomalias do sistema, mas sim expressões estruturais de um modelo de desenvolvimento que privilegia os grandes empreendimentos em detrimento dos modos de vida locais.

Nesse contexto, a governança da água no Pará se mostra insuficiente para lidar com a complexidade e diversidade dos usos e significados da água. A estrutura institucional atual, marcada pela fragilidade dos comitês de bacia, a ausência de

instrumentos como as outorgas coletivas e a sub-representação de comunidades tradicionais, reforça a invisibilização de práticas e saberes locais. Ferreira et al. (2023) apontam que a distribuição das outorgas em Tailândia beneficia desproporcionalmente o agronegócio, enquanto Gonçalves (2023) denuncia a legitimação de hidroterritórios excludentes pela governança vigente.

A partir da perspectiva da ecologia política, autores como Leff (2016) propõem uma reconfiguração profunda da relação entre sociedade, natureza e poder. Isso implica em reconhecer os conflitos como manifestações legítimas de reivindicação por justiça territorial e em adotar instrumentos de gestão que integrem a dimensão ecológica, social e simbólica da água. O fortalecimento de mecanismos participativos, como as outorgas coletivas e conselhos territoriais, conforme sugerido por Maia (2023) no estudo da Bacia do Itacaiúnas, aponta caminhos para uma governança mais democrática e plural.

Outro aspecto crucial é a incorporação dos valores simbólicos e culturais da água nas políticas públicas. Costa et al. (2022) e Peyret (2016) demonstram que a invisibilização desses sentidos compromete a efetividade das estratégias de gestão, ao desconsiderar os vínculos afetivos, espirituais e identitários das comunidades com os corpos hídricos. Nesse sentido, o conceito de hidroterritório, ao integrar materialidade, poder e cultura, oferece um instrumento analítico para reimaginar a gestão da água como um processo de mediação entre racionalidades diversas.

A superação da "violência lenta" (NIXON, 2011) — isto é, dos impactos graduais e cumulativos que degradam as condições de vida das populações — depende do reconhecimento dos direitos territoriais e do fortalecimento das formas autônomas de organização comunitária. Políticas públicas voltadas à democratização do acesso à água devem reconhecer os hidroterritórios como unidades complexas, que demandam abordagens integradas, participativas e descolonizadoras.

Em síntese, os resultados e discussões aqui apresentados demonstram que os hidroterritórios no Pará estão no centro das disputas por justiça ambiental e territorial. Reconhecer e enfrentar essas disputas é um passo fundamental para a construção de uma governança da água que respeite a diversidade dos modos de vida amazônicos e promova o direito à água como bem comum e inalienável.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos hídricos no estado do Pará refletem disputas complexas por recursos naturais, marcadas por profundas desigualdades históricas e estruturais. Ao adotar a noção de hidroterritórios, esta pesquisa demonstrou que essas disputas vão além de questões pontuais de uso da água, expressando reconfigurações territoriais amplas, nas quais diferentes racionalidades – econômicas, culturais e ecológicas – se confrontam de maneira assimétrica.

Os casos analisados – como Belo Monte, Tucuruí, Tailândia, Barcarena, Castanhal e Bragança – evidenciam que os hidroterritórios são moldados por grandes empreendimentos (hidrelétricas, mineração, agronegócio), que transformam os usos e significados da água, impactando modos de vida tradicionais e reproduzindo lógicas excludentes. Em resposta, comunidades ribeirinhas, indígenas, camponesas e urbanas mobilizam resistências que recriam territorialidades e reivindicam o direito à água como bem comum.

A partir da ecologia política e dos conceitos de *violência lenta* (NIXON, 2011) e *conflitos ecológico-distributivos* (ALIER, 2007), foi possível evidenciar como esses conflitos revelam processos de injustiça hídrica e apagamento de saberes locais. Tais dinâmicas impõem a necessidade de repensar profundamente os modelos de governança da água, que ainda privilegiam interesses econômicos em detrimento das territorialidades tradicionais.

Nesse sentido, o fortalecimento de instrumentos como a outorga coletiva, a ampliação da participação social nos comitês de bacia e a valorização dos saberes tradicionais aparecem como caminhos centrais para uma governança hídrica mais justa. Mais do que uma gestão técnica, é necessário um modelo sensível à diversidade ecológica, social e simbólica da Amazônia.

Por fim, este estudo aponta para a urgência de políticas públicas territorializadas e intersetoriais, que reconheçam os hidroterritórios como espaços de vida e de luta. A superação das injustiças hídricas passa pelo reconhecimento da água como direito fundamental e pela construção de um projeto de desenvolvimento que respeite as comunidades amazônicas e promova a justiça socioambiental.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados, v. 68, 2010.

ALIER, J.M. Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

BENASSULY, M. *et al*. Escassez do pescado como efeito socioambiental da Hidrelétrica de Tucuruí. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). Na Várzea e na Terra Firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 177-214.

COSTA, F. E. V. *et al*. Usos da água e conflitos socioambientais na bacia hidrográfica do rio Caeté (Amazônia Paraense): tipologia de usos e usos competitivos. Revista Universidade e Meio ambiente, v. 4, n. 1, p. 57-90, 2019.

COSTA, F.; PIMENTEL; M. A água nas paisagens amazônicas: o visível e o invisível na bacia do rio Mocajuba. In: SILVA, M. S. F.; CARVALHO, M. E. S.; FERRETTI, O. (Org.) Paisagens em movimento: conceitos, temas e as múltiplas linguagens na educação geográfica. Florianópolis: CFH/UFSC, 2022.

CRUZ, R. H. R. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia paraense: uso de agrotóxicos e poluição ambiental nas sub-bacias hidrográficas, Tailândia (PA). 106f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FERREIRA, D. L. N. Conflito pelo uso da água na Amazônia brasileira: uma análise envolvendo a atividade mínero-metalúrgica e as comunidades ilha São João e Curuperé no município de Barcarena-PA. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

FERREIRA, S. C. G. *et al*. Patterns of injustices in water allocation mechanisms in the Brazilian Amazon: Palm oil expansion and the reshaping of hydrosocial territories. Environmental Science and Policy, v. 147, p. 79-88, 2023.

GESTER, L. C. G. *et al*. Impactos socioambientais na Amazônia paraense: uma análise na comunidade de Curuperé (Barcarena, Pará, Brasil). Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 7, p. 6164-6196, 2023.

.

GONÇALVES, N. S. Mapeamento e tipologia dos conflitos por água na sub-bacia do Rio Auí-Açu – Tailândia/PA. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

LEFF, E. A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul. Petrópolis: Vozes, 2016.

MAIA, P. C. C. Governanças da água em hidroterritórios conflituosos: possibilidades e limites da aplicação da outorga coletiva no estado do Pará. 259f. Tese (Doutorado

em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

MONTOYA, A. D. V. *et al*. Conflitos pelo uso das águas no baixo rio Tocantins: análise de tendências. Boletim de Geografia, v. 36, n. 2, p. 14-30, 2018.

MOURA, V. M.; OLIVEIRA, A. G. Mudanças socioespaciais desencadeadas pelos grandes projetos na Volta Grande do Xingu: uma análise a partir do município de Senador José Porfírio-PA. RevistaFT Geografia, v. 28, n. 137, 2024.

NIXON, R. Slow Violence and the Environmentalism of the Poor. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PEYRET, M. Patrimônio cultural e água na Amazônia. Paris: Editions Équateur, 2016.

SILVA, C. N. *et al*. The way of life in Amazonian communities: an example of the application of participatory mapping in São Caetano de Odivelas (Pará, Amazônia, Brazil). Observatorio de la Economía Latinoamericana, v.21, n.6, p. 3808-3832, 2023.

TORRES, A. T. G. Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2007.

TOZI, S. C.; RIBEIRO, W. C. Conflitos pela água na Amazônia: o caso do povo indígena Yudjá e a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Ambientes, v. 4, n. 2, p. 201-226, 2022.